

Governo não divulga relatório penal para evitar especulações

Leis penais. Governo recebeu do Observatório da Justiça a avaliação das leis penais em Julho mas só divulgou em Setembro. A razão? O Observatório não especificou os problemas

■ FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

O Ministro da Justiça não divulgou o relatório de avaliação das leis penais — como prometera — para dar azo a "especulações". Da parte de quem? Do sector? Da comunicação social? Já isso não foi explicado pelo Governo.

O que é certo é que desde Julho que o gabinete de Alberto Costa tem na mão o relatório conclusivo da monitorização das novas leis penais, em vigor há dois anos, feito pelo Observatório Permanente da Justiça (OPJ) mas vai esperar até dia 30 de Setembro, depois das eleições legislativas, para o tornar público. E imputa alguma responsabilidade ao Observatório, liderado por Boaventura Sousa Santos. "Seria suposto que o OPJ tivesse sido mais específico", explicou fonte do gabinete do ministro ao DN.

Na segunda-feira, à Lusa, Boaventura Sousa Santos revelava que o relatório foi entregue ao Ministro em Julho e que foi combinado que no final de Setembro seria entregue um relatório complementar com "recomendações mais especificadas". Em causa a clarifi-



Pinto Monteiro e Alberto Costa estiveram na posse de novos juizes

cação da prorrogação do segredo de justiça, a uniformização dos regimes de prisão preventiva e a actualização dos prazos de inquérito para crimes complexos. Para justificar esta demora na divulgação pública do relatório, o ministro enviou uma carta há duas semanas aos deputados da Comissão parlamentar de Assuntos Constitucio-

Ministro enviou carta aos deputados a explicar o atraso

nal, Direitos, Liberdades e Garantias. "Nós queremos tirar partido das recomendações e fazer os aperfeiçoamentos que se justificam, porque sempre dissemos que a reforma penal, a revisão dos Códigos, se destinava a vigorar durante um período de dois anos e a ser acompanhada", disse Alberto Costa.

O ministro da Justiça explicou

tudo isto ontem, na tomada de posse dos novos alunos do Centro de Estudos Judiciários para os cursos para magistrados judiciais e magistrados dos tribunais administrativos e fiscais. E aproveitou a ocasião para enviar recados à classe: "A comunicação e o diálogo devem ser fortalecidos para o caminho que está a ser seguido e esta mensagem deve ser apreendida aqui no CEJ", explicou o ministro perante a plateia de mais de

Reformas não aceleraram a justiça

O secretário-geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Rui Cardoso defendeu que, com a reforma penal que entrou a 15 de Setembro de 2007, "não houve ganhos de celeridade". Esta opinião é subscrita pelo presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, António Martins referiu, por seu turno, que "a Justiça não ficou mais célere". Já Pinto Monteiro, questionado ontem pelos jornalistas sobre este balanço negativo que juizes e magistrados do Ministério Público fazem dos dois anos da reforma penal, limitou-se a observar que "a Justiça não está mais célere há 40 anos". O procurador-geral da República, que também se encontrava no Centro de Estudos Judiciários na tomada de posse dos futuros magistrados judiciais e dos tribunais administrativos e fiscais, escusou-se, contudo, a fazer qualquer comentário específico sobre a reforma penal ou sobre o relatório que o Observatório Permanente da Justiça.

cem futuros juizes. "Tem de haver uma plataforma de entendimento e um traço único entre todos nós num Estado de direito democrático". O ministro criticou ainda o facto dos magistrados, com a nova lei penal, não estarem sensibilizados para medidas de coacção alternativas à prisão, como a pulseira electrónica. "Em muitas situações foram apenas relevadas as medidas de encarceramento", disse. ■